



# **LULA PRESIDENTE**

**Programa Setorial de  
Política Energética e Mineral:  
Energia Elétrica, Gás,  
Petróleo e Mineração  
2007 / 2010**





ORDEM E

# **LULA PRESIDENTE**

---

## **Programa Setorial de Política Energética e Mineral: Energia Elétrica, Gás, Petróleo e Mineração 2007 / 2010**





## Sumário

---



5

1. Apresentação
2. Energia elétrica
3. Petróleo, Gás e Biocombustíveis
4. Geologia e Mineração

# 1. APRESENTAÇÃO

**N**os últimos três anos e meio, o país passou por uma metamorfose nas áreas de energia e mineração. No setor energético, ocorreram mudanças profundas como a reforma do setor elétrico; a implantação dos leilões de energia; a implantação do mercado livre e o saneamento do mercado atacadista de energia; a redução dos riscos de racionamento; a expansão dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica; a implantação de programa efetivo de universalização do serviço de energia elétrica; a implementação de programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica; a implementação de ações de eficiência energética na iluminação pública; a obtenção da auto-suficiência em petróleo e a ampliação da capacidade de refino; a expansão da malha de gasodutos; a valorização dos fornecedores nacionais para a indústria de petróleo e gás; a criação do programa de biodiesel; dentre outros.

O setor de geologia e mineração também foi marcado por mudanças positivas, que contribuíram para consolidar o país como grande produtor no mercado mundial de bens minerais. Desde o início do governo Lula, foram adotados mecanismos que permitiram ao país retomar suas vantagens comparativas para atração de novos investimentos, proporcionando ainda vantagens competitivas para a indústria mineral brasileira. O

fortalecimento dos agentes governamentais, o incentivo à agregação de valor ao produto mineral e o aumento do conhecimento do território por meio dos levantamentos geológicos e aerogeofísicos foram fundamentais para o resgate do setor mineral como indutor de desenvolvimento regional e geração de renda.

O segundo mandato do governo Lula será marcado pelo Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Distribuição de Renda. A Energia tem papel fundamental como base e indutora desse processo.

Para garantir a infra-estrutura será necessária a ampliação da oferta de energia elétrica, das linhas de transmissão, das áreas de prospecção e produção de petróleo e gás natural e das áreas plantadas para a obtenção da bioenergia. Na execução destas atividades deverá ser priorizada a participação da indústria local, ampliando a oferta de empregos. Os Programas Luz para Todos e Biodiesel deverão continuar sendo grandes vetores de inclusão social no meio rural, através da geração de emprego e renda, melhorando as condições de vida da população.

Os recentes aumentos de preços do petróleo colocaram a questão da segurança energética na pauta das Nações. Sob este aspecto, o Brasil tem uma situação bastante privilegiada por ter 45% de sua Matriz Energética proveniente de fontes renováveis. A prioridade no Programa de Energia é a segurança no

abastecimento com a ampliação sustentável das fontes renováveis e a auto-suficiência na produção de combustíveis fósseis.

No que diz respeito ao setor mineral, no segundo mandato o governo Lula consolidará e ampliará as ações de fortalecimento da indústria mineral, induzindo a implantação de novos empreendimentos mineiros e interiorizando a geração de emprego e renda, bem como incentivando ações que resultem em inovações tecnológicas como forma de agregar valor à produção mineral e contribuir para a diminuição das desigualdades regionais.

Este documento realiza um balanço das ações do governo Lula na área de energia elétrica; de petróleo, gás natural e biocombustíveis; e nos setores de geologia e mineração, e apresenta um programa de ações prioritárias para os próximos quatro anos.

## 2. ENERGIA ELÉTRICA

### BALANÇO DO SETOR NO GOVERNO LULA

#### 1) A Reforma do Setor Elétrico Brasileiro

**O** governo atual, quando de sua posse, encontrou um setor mergulhado em crise: todos os agentes estavam descontentes. As distribuidoras estavam em situação financeira difícil, causada

pelo racionamento e o elevado nível de endividamento. Os geradores enfrentavam perspectivas negativas de uma descontração de energia em um ambiente de sobre-oferta. As empresas comercializadoras de energia eram mais uma promessa do que uma realidade, dadas as reduzidas dimensões do ambiente de livre contratação. Os consumidores, por sua vez, estavam profundamente insatisfeitos com a escassez recente a que estiveram submetidos e com o elevado preço da energia. Foi neste ambiente que o Governo Lula assumiu o compromisso de montar um marco regulatório que fornecesse estabilidade ao setor, garantisse a expansão do suprimento e tarifas módicas para o consumidor. Esta tarefa só foi possível graças à participação de todos os agentes setoriais e do Congresso Nacional.

Cabe destacar que esta situação caótica era fruto de uma reforma equivocada do setor elétrico implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esta reforma é, inclusive, responsável em grande parte pelo racionamento de 2001. O racionamento decorreu da falta de investimentos na expansão da geração e da transmissão no país.

Para se ter idéia, nos cinco primeiros anos do governo FHC, entre 1995 e 2000, o aumento médio anual da capacidade instalada de geração de energia elétrica foi de apenas 1991 MW. No governo Lula, foram instalados, a cada ano, 4378 MW. Ou seja, depois de quatro anos de gestão, o governo Lula

terá instalado, por ano, mais do que o dobro do que o governo FHC instalou antes do racionamento.

A falta de investimentos na expansão da geração foi fruto, de um lado, do impedimento das estatais continuarem a investir e, de outro, do risco elevado a que era submetido o investidor privado potencial. Desta forma, o novo modelo do setor elétrico visou reduzir as amarras ao investimento das estatais e criar as condições de atratividade para o capital privado.

O novo modelo reduziu drasticamente o valor do Uso do Bem Público (UBPs) a serem pagos pelo investidor, eliminando os ágios absurdos que tinham de ser pagos para se obter uma concessão nova. As UBPs estratoféricas que os investidores tinham de pagar interessava apenas ao Tesouro, mas era perversa para o consumidor e para o investidor.

Além disso, o novo modelo garantiu aos vencedores das licitações contratos de longo prazo, eliminando o risco de um investidor construir uma usina e ficar descontratado. Estes contratos de longo prazo se constituem em recebíveis, que passaram a ser aceitos pelo BNDES como garantia. Assim é que, nos últimos leilões de energia nova, o BNDES tem aceitado implementar esquemas de “project finance” puros, onde não é exigida garantia corporativa do investidor. Outro elemento fundamental da redução do risco para o investidor e para o sistema

elétrico como um todo foi a exigência de licença prévia (LP) para que um empreendimento seja colocado em licitação.

## 2) A Implantação dos Leilões de Energia

Um dos elementos centrais do novo modelo são os leilões para a compra de energia. No modelo anterior, implantado pelo governo FHC, as distribuidoras podiam construir usinas termelétricas e comprar energia mais cara de si mesmo. Elas tinham autorização para passar o preço desta energia mais cara para a tarifa dos consumidores da sua região. Ao serem autorizadas a implementar a autocontratação, as distribuidoras criavam uma barreira à competição justa na geração.

O novo modelo do setor elétrico obrigou as distribuidoras a comprarem toda a sua energia através de leilões públicos. Já foram realizados sete leilões no âmbito do novo modelo: cinco de energia existente e dois de energia nova.

No último leilão de energia nova contratou-se energia para 2009. Os dados referentes ao leilão demonstram que o novo modelo trouxe um ambiente de confiança para os empreendedores investirem no setor elétrico brasileiro. Com efeito, as usinas dispostas a vender no último leilão podiam ofertar mais do que o dobro do que era necessário para atender a demanda, o que demonstra de forma inequívoca o interesse dos empreendedores em investir no setor.



O grande vencedor do leilão de compra de energia nova para entrega em 2009 (A-3) foi o capital privado: 73% da energia vendida pertencem a empresas privadas, e apenas 27% a uma empresa estadual.

Pela primeira vez na história, as distribuidoras já contrataram toda a energia necessária para atender sua demanda com quatro anos de antecedência, ou seja até 2010. Um quadro de total tranqüilidade para a segurança do abastecimento.

### **3) A Implantação do Mercado Livre e o Saneamento do Mercado Atacadista de Energia**

Apesar do discurso em prol de um mercado livre, o governo passado pouco fez para efetivamente criar um setor de consumidores livres e comercializadoras fortes no Brasil.

Em 2004, o mercado livre representava apenas cerca de 6% do mercado total. Atualmente o mercado livre corresponde a 26% do mercado total. Ou seja, este setor teve um crescimento explosivo. Cresceu cinco vezes em apenas dois anos e meio.

Da mesma forma que no caso do consumidor livre, o discurso do governo passado em prol de um mercado atacadista de energia não correspondeu à prática. No governo anterior, a inadimplência dos agentes paralisou o mercado atacadista de energia por mais de dois anos, pois não havia condições para contabilizar e liquidar as transações realizadas.

A partir das políticas do Governo Lula para o setor, o mercado pôde organizar-se e entrar em funcionamento, apresentando seus primeiros resultados a partir de 2003, com a realização das liquidações em atraso e a estabilização da contabilização do Mercado de Curto Prazo.

O Mercado Atacadista de Energia (MAE), criado em 1998, passou por diversos percalços ao tentar cumprir seu papel. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criada com o novo marco regulatório, sucedeu o MAE solucionando conflitos e, com credibilidade e resultados consistentes, cumpre sua atribuição de contabilizar e liquidar a comercialização de energia produzida e consumida no país. Sua atuação vem estruturando e estabilizando o mercado de energia elétrica, nos níveis de qualidade e segurança conquistados pelo novo modelo, fundamentais para a garantia do suprimento energético brasileiro a um preço justo para os consumidores e competitivo para as empresas do setor elétrico.

### **4) As Ações na área de energia elétrica e Meio Ambiente**

A exigência de Licença Prévia (LP) para participação de empreendimentos nos leilões deu um fim à situação irreal que existia anteriormente. Após o racionamento, o governo tucano passou a conceder usinas em profusão sendo que algumas destas não tinham viabilidade ambiental nenhuma,

criando um conflito entre empreendedores e órgãos ambientais. Outras usinas licitadas eram passíveis de serem viabilizadas, porém deixava-se o ônus de se obter as licenças para os empreendedores. Prova disso é que o governo atual recebeu um conjunto de 45 aproveitamentos concedidos, totalizando 13.102 MW com dificuldades no processo de licenciamento.

Para dar resposta a esta questão, o governo criou o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), formado pelos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, e coordenado pela Casa Civil.

★  
10

Devido à ação do CGISE, 6 usinas correspondendo a 1542 MW receberam a LP, 12 usinas correspondendo a 2288 MW receberam a Licença de Instalação (LI) e 16 usinas totalizando uma potência de 8089 MW receberam a Licença de Operação (LO). Ou seja, 91% dos 13.102 MW tiveram evoluções importantes no licenciamento ambiental. Além disso, foram obtidas LPs para outras 11 usinas hidrelétricas totalizando novos 1578 MW.

Os leilões de energia com a exigência de LP inserem o setor elétrico brasileiro em um ambiente de competição e eficiência. Tem-se plena convicção que a conjunção do mecanismo de competição com o retorno do planejamento ao setor energético fornece ao país todas as condições de desenvolver-se com se-

gurança de abastecimento garantido e preços justos para a população e investidores.

Ainda sobre a questão ambiental relacionada aos empreendimentos de geração de energia, o governo estabeleceu uma política de negociação com os movimentos sociais, principalmente o Movimento de Atingidos por Barragem – MAB, a fim de tratar tanto dos passivos como dos processos em andamento. Para tanto, em dezembro de 2003, foi criado um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por barragens, formular diagnóstico e elaborar propostas para o equacionamento dos problemas identificados.

Este GT teve um importante papel no resgate da dívida social em relação às populações afetadas. Entre os avanços e propostas encaminhadas está o estabelecimento de critérios para identificação destas populações, o aperfeiçoamento do conteúdo social na elaboração do EIA/RIMA, a adequação de procedimentos técnicos para o processo de licenciamento, a viabilidade de empreendimentos hidrelétricos e a introdução de cláusulas sociais em financiamentos a estes empreendimentos. Também estão sendo desenvolvidos programas educacionais, de distribuição de cestas básicas, habitacionais e de crédito rural voltados para estas comunidades.

Assim o governo Lula demonstra seu com-

promisso com a inclusão social e o meio ambiente ao mesmo tempo em que viabiliza com seriedade e segurança os empreendimentos de geração e transmissão de energia necessária ao crescimento do país, promovendo o desenvolvimento sustentável.

## 5) Gestão do Setor Elétrico

O atual governo retirou as empresas geradoras e transmissoras do Grupo Eletrobrás do Plano Nacional de Desestatização (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul), garantindo que voltassem a realizar importantes investimentos, individualmente ou associadas com investidores privados, nacionais e estrangeiros, proporcionando parcerias na retomada dos investimentos na geração e na transmissão de energia elétrica. Nos leilões de Linhas de Transmissão, a volta da participação das empresas federais propiciou uma maior concorrência entre as empresas, o que resultou em redução de preços de até 47,5% sobre os preços de referência estipulados pela ANEEL.

Com o fortalecimento das empresas privadas e as do grupo Eletrobrás iniciou-se um novo ciclo de abertura para o mercado e hoje as ações do setor elétrico são novamente reconhecidas como interessantes opções de investimentos de longo prazo.

## 6) A Expansão do Sistema de Transmissão

Um bom exemplo da robustez do sistema de transmissão brasileiro é o que acontece, atu-

almente, com a região Sul do país. Mesmo depois de passar pela maior seca dos últimos 70 anos, não há o menor risco de desabastecimento de energia elétrica.

Atualmente está sendo transferido do Sudeste para o Sul cerca de 5200 MW médios, o que permite atender 65% da demanda da região Sul. Esta transferência só é possível graças aos investimentos feitos na ampliação das linhas de transmissão. Entre 2003 e hoje foi duplicada a capacidade de importação do Sul.

Foi igualmente ampliada a capacidade da região Sudeste/Centro-Oeste importar do Sul. Esta capacidade foi ampliada em 45% desde 2003.

Se estes investimentos tivessem sido feitos antes de 2000, o racionamento teria sido mais brando, já que naquela época a energia sobrava no Sul do país e não podia ser transportada para o Sudeste por falta de linha de transmissão.

A situação do Nordeste é hoje também muito mais robusta que há três anos e meio atrás. Neste período a capacidade de importação do Nordeste foi ampliada em 2,5 vezes.

De uma maneira geral, hoje temos um sistema de transmissão muito mais confiável do que no passado. Para se ter uma idéia, em todos os oito anos do governo FHC foram instaladas no país 13.196 km de linhas de transmissão. No governo Lula, apenas



nestes três anos e meio, já foram instaladas 10.821 km. Até dezembro, será atingida a marca de 13.970 km. Ou seja, terão sido construídas mais linhas de transmissão nos quatro anos do governo Lula do que nos oito do governo FHC.

## 7) A Universalização do Serviço de Energia Elétrica

O programa “Luz para Todos” é, reconhecidamente, um dos maiores programas de inclusão social do mundo. Muito mais que o retorno econômico, o programa “Luz para Todos” considera que o mais importante é perceber um “brilho nos olhos” muito especial em cada um dos beneficiados - o brilho proveniente da conquista da dignidade e da cidadania.

O programa tem como meta dar acesso à energia elétrica para 10 milhões de pessoas no meio rural até 2008. Serão atendidos 5 milhões de pessoas até o final deste mandato.

Ao contrário do programa “Luz no Campo”, implantado no governo FHC – que não tinha prazo para conclusão –, o programa “Luz para Todos” estabelece o ano de 2008 para conclusão da eletrificação rural no país.

O programa “Luz para Todos”, ao garantir um fundo para cobrir os custos da universalização do meio rural, garantiu que a condição econômica da concessionária não constituiria em obstáculo para o programa.

O recurso, a título de subvenção econômica, foi distribuído de forma a beneficiar mais aquelas concessionárias que pudessem ter um maior impacto tarifário, para que os seus consumidores não fossem prejudicados com aumentos tarifários.

No programa “Luz no Campo”, o consumidor entrava com a maior parte dos custos e o governo federal, através da Eletrobrás, financiava o restante para execução de obras definidas pela concessionária. No programa “Luz Para Todos”, o consumidor não paga nada pela instalação da rede e ainda recebe um “kit interno instalado” composto por três pontos de luz e duas tomadas, tudo gratuitamente.

Estes investimentos geraram 100.000 novos postos de trabalhos, diretos e indiretos, com a contratação de pessoal pelas concessionárias e cooperativas para a construção de redes e, também, pela reativação e ampliação de fábricas de postes e o reaquecimento da indústria de materiais elétricos. Desde o início das obras, o programa já utilizou 1,3 milhões de postes, 290 mil transformadores e 260 mil km de cabos.

O segmento de eletrodomésticos também tem sido incrementado, com a chegada do programa nas comunidades: 43% das famílias atendidas adquiriram televisores, 37% compraram refrigeradores e a população tem tido a oportunidade de participar de cursos de formação de eletricitistas (no Maranhão

– 1.000, na Bahia – 400, no RN – 400). No Norte e Nordeste, 300 extensionistas rurais serão capacitados para disseminar o uso eficiente e produtivo da energia elétrica.

Através do programa, o governo também tem promovido o desenvolvimento econômico e social e a geração de emprego e renda com impactos importantes como a redução do êxodo rural e até mesmo o retorno de populações que já haviam migrado para os centros urbanos, auxiliando a fixação do homem no campo. Com a criação dos Centros Comunitários de Produção – CCP's, as famílias atendidas que vivem da produção e comercialização de produtos rurais, de leite e seus derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência, com a chegada da energia elétrica, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados. Isto proporcionou o incremento das atividades produtivas no interior do país.

### **8) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa**

Visando diversificar a matriz e promover o desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, o governo implementou o PROINFA, onde a contratação de energia de Produtores Independentes de Energia Elétrica – PIEs de fontes alternativas, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa, possibilitará o aumento da oferta de energia elétrica, a redução da emissão de ga-

ses de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Kyoto, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento sustentável.

Foram contratados pela Eletrobrás, após a realização de duas chamadas públicas, 3.299 MW, sendo 1.422 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de pequenas centrais hidrelétricas e 685 MW de biomassa, representando 144 empreendimentos.

Os benefícios esperados compreendem: redução anual da emissão de gases de efeito estufa de 2,8 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>; geração de 150.000 empregos diretos e indiretos, pulverizados por todo o território abrangido pelo Sistema Interligado Nacional; demandas industriais, com a exigência mínima de 60% na nacionalização de equipamentos e serviços e internalização de tecnologias de ponta.

### **9) Reluz – Eficiência Energética na Iluminação Pública**

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz – contribui com as ações do governo federal voltadas para o desenvolvimento social e econômico do país, em especial para a melhoria das condições de segurança, a redução de custos e o uso eficiente da energia.

Com isso, além de melhorar as condições de iluminação das cidades brasileiras, o RELUZ propicia também outros benefícios como a

redução de despesas municipais com eletricidade, melhoria das condições para o turismo, comércio e lazer noturnos, geração de novos empregos e aumento da qualidade de vida da população urbana em todo o país. Foram investidos de 2003 a 2005, R\$ 232 milhões em 1.486.200 pontos de iluminação, medida que gerou uma economia de consumo de 569 mil MWh/ano nos 1.072 municípios atendidos.

## **DIRETRIZES E METAS SETORIAIS PARA O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

### **1) Garantir o abastecimento de energia elétrica no país**

Para garantir o êxito da política de crescimento e desenvolvimento, o país precisa garantir o fornecimento de energia elétrica de forma contínua e a preços adequados. Neste contexto, deve ser priorizada a manutenção da geração hidrelétrica como base da expansão da oferta, a ampliação do uso da bioenergia em todas as suas formas e a utilização de todas as fontes em que o país é ou pode se tornar auto-suficiente, como petróleo, gás natural e carvão mineral.

Assim deve ser buscada a:

- manutenção do Modelo Institucional do Setor Elétrico que garante uma regulação estável, o adequado planejamento do setor e o ambiente para a expansão com mo-

dididade tarifária;

- ampliação dos estudos de avaliação ambiental integrada de bacias como base para os aproveitamentos hídricos com sustentabilidade ambiental;
- ampliação dos estudos de inventário e viabilidade técnica e econômica de empreendimentos hídricos, expandindo a oferta de usinas nos leilões de energia nova;
- continuidade da política de leilões para a expansão do sistema de transmissão, visando garantir a plena utilização da base de geração instalada no país;
- criação de mecanismos que garantam a participação de todas as fontes de energia elétrica disponíveis no país nos leilões de energia nova.

### **2) Priorizar a expansão da hidroeletricidade no país**

O Brasil é um dos maiores produtores de energia hidráulica do mundo, sendo que ainda possui cerca de dois terços de seu potencial de geração ainda inexplorado.

Desta forma, no mandato 2007-2010 será dada prioridade ao:

- emprego da hidroeletricidade como base da expansão da oferta de energia elétrica no Brasil;
- aproveitamento do potencial hidráulico da Amazônia, sobretudo das hidrelétricas do Madeira e de Belo Monte, com respeito às normas ambientais;



- à integração efetiva dos aspectos sócio-ambientais, a partir dos estudos de inventário das bacias hidrográficas, visando minimizar os impactos sócio-ambientais e também preservar o potencial hidrelétrico que o país dispõe;
- à promoção ampla e constante da articulação da área energética com organismos (MMA, IBAMA, FUNAI, INCRA, IPHAN etc), Ministério Público e sociedade em geral;
- à busca de soluções alternativas de engenharia para áreas sensíveis (por exemplo, derivações para adução, rebaixamento da cota de reservatórios, reduzindo área alagada; procedimentos operativos especiais; alteamento de torres; técnicas construtivas especiais).

### **3) Aperfeiçoamento do processo de planejamento energético**

No primeiro mandato foi retomada a atividade de planejamento energético. É necessário no segundo mandato inaugurar uma segunda fase, com a introdução de aprimoramentos metodológicos no planejamento.

### **4) Redução da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC- Isol)**

De forma a reduzir o valor da energia elétrica consumida pelos residentes de localidades não atendidas pelo sistema interligado, os consumidores de energia de todo o país arcam com os custos de um subsídio intra-

setorial denominado CCC- ISOL.

A CCC-ISOL é fundamental para possibilitar o acesso à energia elétrica nas áreas atendidas pelos sistemas isolados. Atualmente, a CCC-ISOL é um dos maiores encargos do setor elétrico. Contudo, ela tem um impacto na tarifa de energia elétrica de todas as áreas de concessão do Brasil. Assim é fundamental a implementação de ações visando reduzir o impacto da CCC sobre as tarifas do consumidor do sistema interligado sem com isto prejudicar o consumidor das regiões isoladas.

Desta forma no mandato 2007-2010, prioridade será dada à:

- continuação da política de interligação do sistema elétrico brasileiro de forma a reduzir paulatinamente o tamanho do sistema isolado, conforme a viabilidade econômica;
- semelhança do sistema interligado nacional, elaborar e implantar uma reforma do modelo institucional vigente, aumentando a racionalidade do sistema isolado;
- otimização do sistema de geração existente, com a modernização das usinas, substituição de combustíveis líquidos por gás natural e, sempre que possível, a utilização de geração distribuída com base em fontes renováveis.

### **5) Reforçar as ações de aumento da eficiência energética**

Eficiência energética, no Brasil, ainda é um



desafio para o setor energético, para o governo federal e para a sociedade. Em que pese o razoável acúmulo de experiências decorrentes dos programas governamentais já implementados, o país ainda carece de uma política governamental que dê consistência e contundência às iniciativas governamentais, capaz de alinhar as diversas ações públicas e orientar as decisões dos agentes privados e dos consumidores. Conservadoramente, o país dispõe hoje de um potencial de economia da ordem de 29,7 TWh de energia elétrica e de 5,5 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo.

Desta forma, as prioridades do Governo Lula no período 2007/2010 serão:

- ampliar o programa de etiquetagem de equipamentos elétricos, incluindo equipamentos que utilizem combustíveis líquidos e veículos leves;
- conceber e implementar programa de incentivo ao uso de aquecedores solares. Esta alternativa energética proporcionará benefícios relevantes tanto para aliviar a ponta dos sistemas elétricos como para possibilitar significativa redução na conta de energia do consumidor residencial;
- priorizar o programa de eficiência energética para populações de baixa renda – onde a redução dos desperdícios está diretamente ligada à redução dos valores das faturas de energia – tornando-as compatíveis com a renda destas populações;
- criar estímulos para impulsionar antigos

empreendimentos hidrelétricos, visando o aumento da capacidade de geração na ponta e de reserva do sistema;

- ampliar o programa Reluz, com estímulo às prefeituras para otimização de seus parques de iluminação pública.

## **6) Adequações da Política Tarifária para o Setor Elétrico**

- adequar a tarifa de baixa renda, com base em estudos e pesquisas sócio-econômicas, de modo a corrigir as distorções das tarifas vigentes;
- buscar alternativas visando maior equilíbrio tarifário para o transporte de massa.

## **7) Fontes alternativas na matriz elétrica**

Nas energias alternativas e renováveis, foram dados os primeiros passos. Maiores desafios estão por vir, incorporando todo o aprendizado tecnológico, o amadurecimento dos agentes, os ganhos de escala, de eficiência e a redução dos custos a serem obtidos com o PROINFA.

Desta forma, as prioridades do Governo Lula no período 2007/2010 serão:

- incremento das fontes alternativas, considerando os princípios do novo modelo do setor elétrico, preservando a clareza de regras e sua estabilidade, ressaltando a realização de leilões, em busca da modicidade tarifária;





- criação de fontes de financiamento no BNDES de apoio à implantação de fontes alternativas de energia.

## 8) Integração Energética

As crises energéticas têm levado os países à busca de novas fontes e da integração de suas infra-estruturas regionais, visando o atendimento de suas necessidades. Na América do Sul, o Brasil tem limites com a maioria dos países, o que impõe ao país um papel fundamental no processo de integração energética regional.

Assim, propomos:

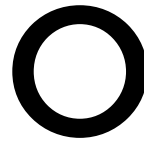
- manter e ampliar os acordos regionais de interligação e compartilhamento de infra-estruturas energéticas, visando otimizar os recursos energéticos de cada nação;
- efetuar estudos para integração das infra-estruturas de gasodutos e de linhas de transmissão;
- implementar a cooperação técnica com os países, com o objetivo de transferir conhecimento e tecnologia na produção de energia.

# 3. PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

## BALANÇO DO SETOR NO GOVERNO LULA

### 1) A Auto-Suficiência em Petróleo e a

## Ampliação da Capacidade de Refino



governo Lula consolidou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) como agência reguladora do setor, ampliando suas funções para a área dos biocombustíveis e resgatando o papel do Ministério de Minas e Energia como formulador principal das linhas básicas das políticas voltadas para o setor no país. Como resultado destas políticas, os leilões para áreas exploratórias continuaram se realizando todos os anos, subordinados aos interesses estratégicos do país. Os leilões não só se ampliaram em termos de atração de um volume maior de investidores tradicionais da indústria internacional de petróleo, como atraíram um novo tipo de investidor voltado para áreas de poços maduros, permitindo a entrada de pequenas e médias empresas no setor.

Os blocos exploratórios da Petrobras vinham declinando, tanto em número como em área, limitando sua capacidade de garantir a continuidade de suas descobertas e a possibilidade, já verificada de 2003 a 2006, de novas descobertas de reservas fundamentais para garantir a continuidade do crescimento da produção. A Petrobras também reforçou fortemente, nos últimos três anos, os programas para a recuperação dos campos com alto grau de exploração, atenuando a taxa de declínio natural dos seus campos maduros.

A auto-suficiência foi atingida em 2006,

depois de um prolongado processo ao longo dos últimos 53 anos, em que muitos contribuíram. No atual governo, no entanto, foi possível resolver uma série de entraves que dificultavam a conclusão das plataformas P-43 e P-48 e colocar em operação também a P-50, depois de anos de atrasos, viabilizando o crescimento da produção que permitiu atingir a auto-suficiência.

## 2) A Expansão da Malha de Gasodutos

Foi no governo Lula que o mercado nacional de gás natural começou a se consolidar. O gasoduto Bolívia-Brasil, que transportava pouco mais de um terço do gás contratado em 2003, passou a ser quase plenamente utilizado já em 2005. Com as mudanças na legislação boliviana, a orientação do Governo foi claramente a de ampliar as alternativas de abastecimento ao mercado brasileiro deste energético, o que está sendo conseguido com a expansão da produção nacional de gás associado e não associado, além da construção de terminais de re-gaseificação, que permitirão a utilização de gás natural de outras partes do mundo.

Concomitantemente, o Governo Lula tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. Treze novos gasodutos estão em preparação ou já em construção, permitindo a concretização da rede nordestina de gasodutos, sua integração com a rede do Sudeste e Sul, além da expansão da rede Norte, na região amazônica.

A expansão do mercado de gás natural industrial, domiciliar e veicular, assim como o parque de termelétricas movidas a gás fizeram com que a produção de gás natural e sua infra-estrutura de transporte se transformassem em elementos estratégicos importantes para a matriz energética brasileira.

## 3) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás

No final de 2002, a Petrobras lançou edital para a contratação das Plataformas P-51 e P-52, para operação nos campos de Marlim Sul e Roncador, respectivamente. Não se previa a fabricação de grandes sistemas no País.

Apesar de a Petrobras obter bons resultados na produção de óleo e gás natural, o mesmo não ocorria com as empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços em tais segmentos, desempenhando papel de pouca relevância na economia do País.

É iniciada, em 2003, um grande debate entre governo, empresários, técnicos, comunidade científica e a Petrobras. Inúmeros estudos são realizados e, como resultado, cada uma das partes envolvidas, nos diversos âmbitos, se compromete a envidar os esforços necessários para reverter o quadro apresentado.

O primeiro passo, de fundamental importância, é tomado: a Petrobras cancela a licitação, lançando um novo edital que exige que 65% dos bens e serviços sejam realizados no Brasil.

Em 2003, com objetivo de transformar esse cenário, o governo federal lança o PRO-MIMP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.

O objetivo do programa é internalizar no país os expressivos investimentos (média de US\$ 10 bilhões anuais) das empresas produtoras de petróleo e gás natural. A premissa fundamental é que não sejam comprometidas as variáveis preço, prazo e qualidade, garantindo a competitividade e a sustentabilidade.

As Rodadas de Licitações de Blocos Exploratórios foram realizadas de forma a criar novas oportunidades para o país na exploração e produção de hidrocarbonetos, buscando ajustar a produção às necessidades nacionais e mantendo a atratividade das bacias brasileiras nos mercados interno e externo. Na definição das propostas vencedoras nos leilões, buscou-se valorizar as que apresentaram o maior esforço na atividade exploratória, bem como aquelas que privilegiavam a utilização de bens e serviços adquiridos no país, em consonância com a política de geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico.

Nos últimos três anos buscou-se a viabilização da aquisição de navios de grande porte em estaleiros nacionais, que há 20 anos não recebiam encomendas relevantes. Foi necessário estabelecer um modelo de recuperação que oferecesse bases sustentáveis, propícias ao alcance de competitividade internacio-

nal, em termos de preços, prazos e qualidade. Esta etapa envolveu negociações para o estabelecimento de parâmetros tecnológicos, de escala de produção e de financiamento. Participaram sindicatos e entidades empresariais da construção naval, indústrias de peças, sindicatos de trabalhadores, centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de outros fóruns específicos, envolvendo a participação de cerca de 3.000 pessoas e entidades. Esta participação contribuiu para o aperfeiçoamento das especificações técnicas para a pré-qualificação dos estaleiros.

Este esforço resultou na geração de 20 mil empregos/ano (diretos e indiretos) e investimentos da ordem de US\$ 1,2 bilhão. Somente na etapa inicial, a construção de 26 navios, bem como o renascimento da indústria brasileira de construção de grandes navios e o desenvolvimento de diversos setores industriais.

#### 4) Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, considera a diversidade de oleaginosas no País, a garantia do suprimento e qualidade, bem como a competitividade frente aos demais combustíveis e uma política de inclusão social, que beneficia a agricultura familiar criando um novo mercado. Merece destaque a possibilidade de inserção dos produtores do semi-árido nordestino nesta estratégica cadeia produtiva. A esses bene-

fícios somam-se os ganhos na balança comercial com uma economia de até US\$ 160 milhões/ano pela redução das importações de óleo diesel.

O regime tributário diferenciado por região de plantio, por oleaginosa e por categoria de produção (agronegócio e agricultura familiar), isenta a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e cria o Selo Combustível Social, que garante redução de 100% do PIS e Cofins aos produtores industriais que adquirirem, no Nordeste, no Norte e no Semi-Árido, mamona e dendê de agricultores familiares.

A obrigatoriedade da mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral cria um mercado interno potencial nos próximos três anos de, pelo menos, 840 milhões de litros/ano. Em 2013, a obrigatoriedade passará para 5%, tornando assim a demanda crescente.

O biodiesel conta ainda com linhas de financiamento em toda a cadeia produtiva, incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias de mini-usinas, intercâmbio tecnológico e comercial com outros países e ampla rede de informações. Agricultores familiares interessados possuem, também, oferta de crédito e assistência técnica para a produção de oleaginosas e sua inserção no mercado.

O biodiesel é, atualmente, vendido em mais de 1.700 postos revendedores em todo o ter-

ritório nacional, além de cerca de 500 grandes consumidores, acumulando um volume anual de biodiesel acima dos 100 milhões de litros vendidos, provenientes do primeiro leilão da ANP. Atualmente são comercializados, diariamente, mais de 6,5 milhões de biodiesel. Até o final do ano, serão mais de 3.500 postos e 3.000 grandes consumidores, com um volume de venda próximo dos 675 milhões de litros.

No segmento tecnológico, foi criada a Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, onde foram investidos R\$ 12 milhões em 2003/04, R\$ 4 milhões em 2005 e estão previstos R\$ 6 milhões até o final de 2006, através da FI-NEP/MCT.

Apenas o BNDES prevê, para o setor de bens e serviços, investimentos da ordem de R\$ 357 milhões para suportar uma capacidade total de produção de 600 milhões de litros/ano de biodiesel.

O cultivo de matérias-primas e a produção industrial de biodiesel têm grande potencial de geração de empregos, promovendo, dessa forma, a inclusão social, especialmente quando se considera o amplo potencial produtivo da agricultura familiar.

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhões de hectares. O número de empregos gerados para atender a meta do governo é estimada

em 1 emprego para cada 10 hectares para a agricultura familiar e 1 emprego para cada 100 hectares para a agricultura intensiva.

O biodiesel será, portanto, um importante instrumento de geração de renda no campo. No Semi-Árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho.

## **DIRETRIZES E METAS SETORIAIS NOS SETORES DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

A manutenção e continuidade da auto-suficiência da produção nacional de petróleo, a expansão da capacidade e qualidade do refino, o aumento da oferta e do transporte de gás natural, o maior dinamismo da petroquímica e a consolidação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira em um contexto de maior crescimento são os principais eixos da política para o setor no mandato 2007-2010.

Para sustentar esta auto-suficiência, deverão ser definidas políticas para atividades exploratórias adequadas para manter uma relação reserva-produção estrategicamente estável, estimular os investimentos adequados para a continuidade da produção e expandir a uti-

lização de biocombustíveis em substituição à parte dos derivados de petróleo que compõem a demanda brasileira.

A Petrobras continuará sendo um importante agente nesta política, combinando seu papel na cadeia de petróleo e gás, com sua atuação como indutora da atividade econômica brasileira, sua responsabilidade social e ambiental e seu desempenho importante no mercado de capitais.

### **1) Desenvolvimento da Indústria de Petróleo**

A maturidade tecnológica do Brasil no setor de petróleo e do gás, única no mundo não desenvolvido, possibilitou que sempre se encontrassem melhores caminhos e menores custos nas atividades de exploração, da produção e do transporte de óleo, do transporte e no armazenamento de derivados, do refino, da distribuição em geral, da petroquímica etc.

Vários desafios foram vencidos, com excepcionais lucros para o País, como os de:

- implantar modernas refinarias, acompanhar a demanda de derivados e alterar continuamente os seus esquemas de refino de acordo com a evolução do perfil de demanda, mesmo em situações muito adversas como no pós-Crise do Petróleo em 1979;
- explorar e produzir óleo e gás em águas



profundas, pioneiramente no pós-Crise do Petróleo de 1979, mantendo-se na vanguarda nesse campo.

Os atuais desafios nacionais na área dos combustíveis são de grande envergadura. Desta forma, as prioridades do mandato 2007-2010 são:

- o desenvolvimento de tecnologias para produzir petróleo e gás em águas ultra profundas;
- a intensificação da realização de estudos das potencialidades das bacias sedimentares nacionais;
- a expansão das refinarias petroquímicas e a implantação de novas plantas, como a de Itaboraí no Rio de Janeiro;
- a implantação de novas unidades de refino, como a refinaria no Porto de Suape em Pernambuco em parceria com a PDVSA venezuelana, e ampliações das existentes de forma a: adicionar valor às exportações de óleo pesado brasileiro; adequar o modelo nacional de combustíveis às novas demandas ambientais locais e planetárias e de qualidade dos produtos; e aumentar a capacidade de bio-refino;
- a realização de ações de economia de combustíveis e substituição de derivados;
- a expansão da capacidade da Petrobras em exploração e produção e sua capacidade de refino no exterior;
- a modernização e expansão da logística marítima de transporte de petróleo e derivados.

## 2) Oferta de Gás Natural no Mercado Interno e Expansão da Malha de Gasodutos

O gás natural, por suas características de combustível com baixo nível de emissões e facilidade do uso é um dos combustíveis que, da mesma forma que no restante do mundo, mais vem crescendo na matriz energética brasileira.

A nacionalização dos recursos gasíferos da Bolívia mostra a importância em aumentar a produção interna, assim como diversificar as fontes de abastecimento externo.

Desta forma, no mandato 2007-2010 será dada prioridade a:

- a criação de novas oportunidades para o país na exploração e produção de gás natural, ajustando a produção às necessidades nacionais e mantendo a atratividade das bacias brasileiras nos mercados interno e externo, por meio da gestão planejada de recursos gasíferos;
- o investimento no desenvolvimento e produção de gás não-associado;
- a continuação dos investimentos na expansão da malha de gasodutos, visto que no mercado brasileiro a competitividade do gás está fortemente relacionada ao custo e existência de infra-estrutura de transporte;
- o incentivo à introdução do GNL por extenso no país, garantindo flexibilidade e evitando o risco de falta de oferta de gás

devido a fatores inesperados;

- a criação de marco regulatório estável no setor de gás natural, com base nos seguintes princípios: 1) planejamento para garantir o atendimento integral e permanente das demandas internas: commodity e infra-estrutura; 2) modicidade tarifária dos preços de movimentação de gás natural; 3) busca da otimização da infra-estrutura de transporte, de escoamento da produção e de instalações de processamento e tratamento de gás natural, através da garantia de acesso não discriminatório; 4) estabelecimento de mecanismos que propiciem transparência e competitividade à cadeia de comercialização de gás natural, como a realização de chamada pública para construção e ampliação de gasodutos.

### **3) Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural**

O grande desafio do programa para a próxima gestão é dar continuidade às ações já iniciadas com foco nas áreas de capacitação e exportação de bens e serviços:

- dar continuidade às ações já iniciadas no primeiro mandato. O Prominp vai disponibilizar, já em 2007, 142 cursos de nível básico, inspetor, médio, superior e técnico, para 45.435 alunos, com envolvimento de 50 instituições, em 17 Estados brasileiros;
- desenvolver ações para alavancar as exportações no setor, tais como: divulgação e marketing; financiamento e suporte à

exportação. Continuar ações visando à criação de ambiente propício para exportação das subsidiárias da Petrobras no exterior; elaborar e aprovar projeto com a APEX para financiar missões comerciais nos próximos anos;

- implantar Plano Nacional de Capacitação de Fornecedores, nos moldes do PNQP- Plano Nacional de Qualificação Profissional, consolidando e integrando iniciativas dos projetos de capacitação de fornecedores do programa.

Os enormes investimentos previstos vão representar gigantescos estímulos para o crescimento da indústria de fornecedores da cadeia nacional de petróleo e gás instalada no Brasil. Milhares de empregos serão gerados e consolidaremos um circuito virtuoso de criação de renda e emprego

### **4) Fomento à Produção de Biocombustíveis**

O Brasil tem condição climática e disponibilidade de solos que o torna candidato a potência mundial na área de bioenergia. Hoje, o país já é o maior produtor de álcool combustível do mundo. Além disso, o país lançou, no Governo Lula, importante programa de produção de diesel à partir de óleos vegetais.

A produção da bioenergia traz diversos benefícios ao país: constitui-se em fonte renovável com emissões líquidas nulas de gases

de efeito estufa; possui, no caso do álcool e da bioeletricidade, custo de geração competitivo; proporciona um aumento da demanda por bens de capital nacionais; possibilita o aproveitamento de um recurso nacional com conseqüente aumento da participação de fontes domésticas no suprimento do mercado e; proporciona a criação de emprego e renda no campo.

Assim, as prioridades para o novo mandato governamental são:

- a criação de mecanismos de regulação da oferta interna de álcool (estoques reguladores, mercado futuro de commodities etc) e a implantação de uma logística de exportação de combustíveis de forma a consolidar o álcool como uma commodity e garantir sua oferta abundante e regular para atendimento aos mercados interno e externo;
- o investimento na construção de alcoolodutos de forma a facilitar a exportação de etanol;
- a implementação de um programa governamental de agroenergia no qual o biodiesel e o etanol serão pilares de sustentação;
- a estruturação, dentro do programa de agroenergia, do projeto governamental para produção de hidrogênio a partir do etanol;
- a antecipação da mistura de 5% de biodiesel no Diesel mineral;
- o desenvolvimento dos segmentos de bens

e serviços para o biodiesel;

- a promoção do desenvolvimento e da inovação tecnológica: aprimorar os processos industriais de produção de biodiesel, focalizar o uso de etanol como matéria prima; adequar a tecnologia de armazenamento e transporte de biodiesel; valorizar os subprodutos do biodiesel; ampliar a rede de laboratórios de análise de biodiesel; aumentar a produtividade das oleaginosas e a melhoria genética das espécies oleaginosas.

## 4. GEOLOGIA E MINERAÇÃO

### BALANÇO DO SETOR NO GOVERNO LULA

**A** mineração como eixo estratégico de desenvolvimento marcou o primeiro mandato do Governo Lula. O resgate da indústria mineral, tanto sob o ponto de vista da sua importância econômica quanto social, representou uma clara mudança de concepção de política pública para o setor. Enquanto governos anteriores consideraram o setor de geologia e mineração como de menor importância para o país, minimizando sua contribuição para o crescimento econômico e impedindo a sua expansão, nosso governo construiu programas e ações voltados ao aumento da produção de minérios, à agregação de valor ao produto mineral e à elevação do conhecimento das riquezas do nosso subsolo.



O modelo de gestão pública adotado pelo governo anterior, baseado na teoria do Estado mínimo, privatizou as principais empresas estatais de mineração e promoveu um completo desmonte da estrutura pública de planejamento setorial. O esvaziamento da máquina de Estado, em particular nos governos FHC, aprofundou a desorganização da atividade mineral no país, acarretando graves problemas ambientais, sociais e econômicos.

No início do governo do Presidente Lula, a prioridade foi a recuperação das estruturas de Estado sucateadas, invertendo a lógica do desmantelamento institucional e modificando os paradigmas de gestão. A retomada da capacidade de planejamento e o fortalecimento institucional dos agentes públicos permitiram ao governo retomar suas atribuições constitucionais de gestão do patrimônio mineral, orientado por uma política voltada ao desenvolvimento da atividade mineral no país de forma permanente.

As diretrizes estabelecidas para a política mineral no primeiro mandato do Presidente Lula priorizaram a busca por novas informações geológicas para atrair mais investimentos em mineração, o aumento da competitividade da nossa indústria mineral e a redução da informalidade.

As ações prioritárias foram consolidadas em três programas: Gestão da Política Mineral, cujas ações deram suporte à coordenação,

ao planejamento e à formulação de políticas setoriais e à avaliação e controle dos programas finalísticos nas áreas de geologia e mineração; Geologia do Brasil, que concentram as ações de geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do território nacional; e Mineração e Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo central é a gestão dos recursos minerais, por meio principalmente de ações de outorga e fiscalização das concessões.

Para atender ao programa de Gestão da Política Mineral, a estrutura do Ministério de Minas e Energia foi amplamente reformulada. A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral foi reestruturada e fortalecida, passando a atuar permanentemente como órgão formulador e coordenador da política mineral no governo. Além de seu caráter técnico, o programa possibilitou também a retomada da referência política do governo federal no âmbito da mineração, enfrentando graves problemas estruturais, que historicamente permaneciam sem resolução, como mineração em terras indígenas, conflitos em garimpos etc.

Já o Programa Geologia do Brasil (PGB) resultou na cartografia de cerca de 10% do território nacional, produzindo cartas geológicas destinadas à descoberta de novas jazidas e ao ordenamento territorial. Também executou 1,6 milhão de quilômetros lineares em levantamentos aerogeofísicos, o que equivale a 65% do que foi feito pelo

Estado nos últimos cinquenta anos. Para viabilizar essas ações, o governo Lula garantiu, por meio da lei 10.848/04, que parte dos recursos dos royalties da exploração de petróleo deve ser destinado à elevação do conhecimento geológico no território brasileiro. Com esse dispositivo inédito, fica assegurado o suporte orçamentário para a execução de levantamentos geológicos e aerogeofísicos de forma permanente, os quais não eram realizados sistematicamente há mais de vinte anos.

Também foi concluído e disponibilizado o “Mapa Geológico do Brasil ao Milionésimo”, em sistema de informações georreferenciadas, tornando o Brasil o primeiro país de dimensões continentais a possuir informações geológicas espacializadas em meio digital. Por meio do PGB, o governo Lula contribuiu também para o desenvolvimento da geologia de cunho social, voltada para o abastecimento de água, para a resolução de conflitos em uso e ocupação do solo, para a prevenção de desastres naturais, enfim, para a geração de tecnologias sociais de abordagem do meio físico brasileiro.

O Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável tem por objetivo garantir a adequada gestão dos recursos minerais por meio das ações de outorga e de fiscalização. Para a implementação do programa foram adotadas medidas visando a modernização administrativa e tecnológica da gestão das concessões públicas dos bens minerais.

As ações de modernização da estrutura de Estado, aliadas ao aquecimento mundial do comércio mineral, proporcionaram resultados significativos nesse primeiro mandato do Presidente Lula. O prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 2002, caiu para apenas três meses em 2005. Além disso, a melhoria no controle resultou na elevação da arrecadação setorial, que passou de R\$ 210 milhões em 2002, para R\$ 470 milhões no final de 2005. Outro indicador positivo foi o aumento no número de novos títulos – de 13 mil em 2002, para 18,8 mil em 2005 – refletindo a ampliação de novos investimentos.

Na perspectiva da construção de um modelo de gestão de recursos minerais, o desmonte das instituições foi revertido, com repercussões positivas tanto para a estrutura pública como para a sociedade. Nessa linha, destaca-se a implantação do plano de carreiras para o DNPM e a realização de concurso público para novos servidores, fato este que não ocorria há vinte e oito anos. Também foram implementadas ações de formalização da atividade de mineração em pequena escala, como o apoio aos arranjos produtivos locais de base mineral. Ampliaram-se as áreas para novos investimentos em pesquisa mineral, por meio de medidas coercitivas administrativas e jurídicas, que possibilitaram a liberação de áreas historicamente controladas por movimentos especulatórios.

Do ponto de vista das relações interinsti-

tucionais, foram intensificadas as relações transversais entre os Ministérios, buscando-se a racionalização de recursos financeiros, materiais e humanos. Também foram realizados projetos regionais em parceria com municípios e universidades, tendo-se aberto ainda canais de diálogo com entidades de classe e associações representativas dos trabalhadores.

O conjunto desses programas evidencia a clara prioridade dada pelo atual governo para prover a infra-estrutura indispensável ao crescimento econômico, garantindo-se o suprimento nacional sustentado pela indústria mínero-metalúrgica e criando as condições para o início de um novo ciclo de descobertas de jazidas.

## **DIRETRIZES PARA O SETOR DE GEOLOGIA E MINERAÇÃO (2007-2010)**

As diretrizes e metas de um novo Programa de Governo Lula devem considerar os desafios que foram enfrentados e superados nesses quatro anos, sempre na perspectiva das cinco dimensões norteadoras do primeiro mandato e do PPA 2004-2007: democrática, econômica, social, ambiental e desigualdade regional.

Neste sentido, os novos Programas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a serem inseridos na concepção do PPA 2008-2010, devem convergir para a conso-

lidação de um modelo de Planejamento e Gestão Estratégica do Setor Mineral, que priorize a elevação do conhecimento geológico do território e o desenvolvimento de tecnologias para um melhor aproveitamento de nossos recursos minerais. Dessa forma, serão criadas condições para a atração de mais investimentos na mineração, elevando a competitividade da nossa indústria mineira e contribuindo para o crescimento econômico e a redução da vulnerabilidade externa.

### **Ações Programáticas**

Este programa se insere no contexto do segundo mandato do presidente Lula, numa estratégia que visa consolidar o país como um grande produtor mineral com agregação de valor, definindo-se, assim, uma nova posição do país na divisão internacional do trabalho, a serviço dos interesses maiores da sociedade.

#### **1) Consolidação do Planejamento Setorial**

- Intensificar e consolidar o papel do Estado como indutor do Setor Mineral Brasileiro, fortalecendo os programas de Planejamento e Gestão para as áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Estruturar, ampliar e consolidar ações voltadas ao crescimento da produção mineral, com a perspectiva da democratização do acesso ao uso de bens minerais, de geração de trabalho e riqueza com inclusão social, da diminuição das desigualdades

regionais e do aumento do bem estar da população;

- Implantar o Conselho Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - CONAGEM, órgão colegiado de alto nível, encarregado de assessorar o governo na análise e no acompanhamento de políticas públicas, diretrizes governamentais e principais linhas de ação das entidades do setor;
- Estruturar o órgão de gestão do patrimônio mineral na forma de agência executiva que outorgue as concessões minerais, que fiscalize a exploração e o processo produtivo de bens minerais;
- Implementar plano de reestruturação institucional da CPRM e sua efetiva transformação em Serviço Geológico do Brasil;
- Atualizar a legislação mineral, tornando o processo de concessões minerais mais seguro, rápido e transparente. Introduzir a sistemática de Leilão, com vistas a democratizar o acesso aos recursos minerais do país;
- Promover e incentivar a verticalização da produção mineral ao longo das cadeias produtivas, com base na criação de incentivos e de benefícios fiscais ou creditícios, indispensáveis à redução da vulnerabilidade externa e à sustentação do crescimento econômico;
- Estruturar e realizar as “Conferências de Mineração” como instrumentos de políticas públicas setoriais, precedidas de eventos estaduais e municipais;
- Reformular a política de incentivos fiscais

para o setor mineral, estimulando a verticalização, a agregação de valor e induzindo o aumento da oferta de bens minerais;

- Estabelecer condições para contratação de mão de obra terceirizada nas empresas de mineração.

## **2. Fomento e Desenvolvimento do Setor Mineral**

- Apoiar, incentivar e promover a diversificação da produção de bens minerais, estimulando o mercado interno e elevando as exportações e o saldo na balança comercial do país;
- Fomentar a capacitação tecnológica nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, visando o aproveitamento em bases sustentáveis dos recursos minerais, com vistas a superar a dependência tecnológica externa;
- Apoiar, promover e fomentar a produção de pequenas e médias empresas de mineração, implementando também instrumentos que permitam incentivar os investimentos em pesquisa mineral.
- Criar, incentivar a criação e ampliar mecanismos de financiamento para a mineração, considerando o título minerário como garantia e estabelecendo linhas de crédito para grandes e pequenos empreendimentos, incluindo cooperativas;
- Aumentar a eficácia da fiscalização da atividade de mineração, no âmbito da produção e da comercialização, coibindo fraudes no pagamento dos tributos e contribuições;



- Fortalecer a aplicação de normas regulamentadoras de saúde e segurança ocupacional na mineração, inclusive avaliando a possibilidade de criação de Centros de Referência;
- Implementar o Programa Nacional de Formalização, visando fornecer suporte às ações de combate a atividade mineral ilegal. Realizar campanha de fiscalização visando à regularização dessas atividades. Criar mecanismos que estimulem a regularização da atividade informal, particularmente de pequena escala;
- Implementar o Plano Nacional de Agregados para a Construção Civil e de cerâmica vermelha, visando incentivar a produção e o fornecimento de insumos para a construção civil;
- Intensificar a articulação interministerial nas áreas de Ciência e Tecnologia, incluindo o apoio às pequenas e micro-empresas de mineração, em especial aquelas localizadas em arranjos produtivos locais;
- Promover e criar programas de Pesquisa e Desenvolvimento, voltados para a confecção de novos materiais e incentivando projetos que contemplem substituições e avanços nos setores da indústria de alta tecnologia.

### 3. Conhecimento Geológico e Gestão Territorial

- Dar continuidade ao Programa Geologia do Brasil, garantindo a execução sistemática dos levantamentos geológicos básicos e aerogeofísicos;
- Estimular a criação e fortalecer as parcerias estaduais e municipais na área de geologia e mineração, visando disseminar a informação geológica, o fomento mineral e o planejamento territorial;
- Instituir o Programa Água para Todos, com ações voltadas para o aproveitamento de água subterrânea em regiões carentes e no reaproveitamento de poços inativos;
- Criar banco de dados único sobre geologia e geofísica no Brasil;
- Manter e incrementar as parcerias com Universidades e Sistemas Estaduais na execução dos levantamentos geológicos, racionalizando os esforços humanos, financeiros e materiais e homogeneizando produtos;
- Apoiar e ampliar as ações voltadas para avaliação de potencialidade de Minerais e Rochas Industriais;
- Intensificar os trabalhos do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental brasileira, integrante do Programa de Recursos Minerais da Plataforma Continental - REMPLAC;
- Implementar ações de difusão intersetorial sobre a geodiversidade do Brasil;
- Revitalizar e transformar o Museu Ciências da Terra em centro de divulgação das geociências no país;
- Criar o Programa Nacional de Combustíveis Fósseis Sólidos, incentivando a utilização desses insumos na matriz energética do país.



#### 4. Desenvolvimento Regional Sustentável e Inclusão Social

- Intensificar as ações de economia solidária na área mineral, permitindo uma melhor distribuição de renda e diminuição das desigualdades;
- Desenvolver um amplo programa de fiscalização sócio-ambiental na mineração, com vistas à eliminação de passivos, maior controle de emissão de resíduos, recuperação de impactos e redução de acidentes e de doenças do trabalho;
- Apoiar os arranjos produtivos locais de base mineral localizados em áreas de distritos mineiros, intensificando ações de extensionismo mineral em articulação com outros órgãos de governo;
- Regulamentar o artigo 231 da Constituição Federal, permitindo a atividade de mineração em terras indígenas;
- Propor alterações na atual legislação que regulamenta a mineração na Faixa de Fronteira, permitindo a instalação de empreendimentos mineiros integrados, que contemplem a produção de bens minerais com valor agregado;
- Propor e estimular o comércio formal da produção de áreas garimpeiras, especialmente aquelas de materiais gemológicos, com ênfase na verticalização da produção em torno de pólos ou arranjos produtivos;
- Encaminhar para aprovação o Estatuto do Garimpeiro, reconhecendo os trabalhadores no garimpo como uma categoria profissional;

- Estabelecer áreas e condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa e pela pequena empresa de mineração;
- Implementar soluções definitivas para os garimpeiros de Serra Pelada;
- Propor medidas que garantam a efetiva aplicação dos recursos da CFEM em favor das comunidades diretamente afetadas pela mineração, introduzindo melhores práticas de justiça social;
- Priorizar ações voltadas para o aumento da aquisição de informações sobre o meio físico e os recursos minerais da região Amazônica, visando orientar o planejamento setorial do governo;
- Implementar a Agenda 21 Mineral, com controle paritário de empresários, trabalhadores, da sociedade e do poder público.

#### 5. Relações Institucionais

- Ampliar e intensificar as relações com as entidades representativas dos trabalhadores e associações profissionais, institucionalizando os canais de diálogo;
- Promover a descentralização da atividade de fiscalização na mineração, hoje sob a responsabilidade exclusiva do DNPM, para os agentes públicos estaduais e municipais, por meio de acordos de cooperação técnica;
- Fortalecer as ações do setor mineral no âmbito dos projetos multisetoriais do Programa de Zoneamento Ecológico Econômico;

- Implementar programas e ações visando a integração de recursos humanos, financeiros e materiais dos organismos federais atuantes na geração de conhecimento do subsolo brasileiro (CPRM, ANP, IBGE, dentre outros);
- Promover a gestão integrada da Rede Hidrometeorológica Nacional, garantindo sua operação em caráter permanente.



**COMISSÃO TEMÁTICA  
DE POLÍTICA ENERGÉTICA  
E MINERAL: ENERGIA ELÉTRICA,  
GÁS, PETRÓLEO E MINERAÇÃO**

**Mauricio Tolmasquim (Secretário Executivo)**

Alexandre Heringer Lisboa

Edson Silva

Giles Garriconde Azevedo

Haroldo Lima

Ildo Sauer

José Drummond Saraiva

Luis Pinguelli Rosa

**EQUIPE DE APOIO**

Bruno Gaspar

Cilene Antonioli

**COORDENAÇÃO DO  
PROGRAMA DE GOVERNO**

**Marco Aurélio Garcia (Coordenador)**

Dilermundo Toni

Glauber Piva

Juarez Guimarães

Miriam Belchior

Renato Rabello

Valter Pomar





**CONGRESS**

VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



# LULA

**DE NOVO COM A FORÇA DO POVO**